



125

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0008214-44.2014.8.17.0000 (0345896-4)
COMARCA: BEZERROS
VARA: SEGUNDA
IMPETRANTE: ROBERTO HENRIQUE TENÓRIO DE VASCONCELOS
PACIENTE: BRENO BRAYNES ALVES DE ANDRADE
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. IMPROCEDÊNCIA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DO CRIME E RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não há que se falar em falta de fundamentação do decreto preventivo se o juiz singular apresentou motivos suficientes para impor a custódia cautelar ao Paciente, acusado da prática de um roubo em concurso com outros agentes, destacando-se a gravidade das circunstâncias, visto que os fatos se deram em meio às festividades carnavalescas, em plena via pública, em local de grande circulação de pessoas, bem como a reprovabilidade do *modus operandi*, uma vez que a vítima foi imobilizada com uma "gravata" no pescoço e chutada pelos assaltantes, "sofrendo escoriações nos braços, um corte na cabeça e inchaço no pescoço". Não bastante a gravidade do crime, salienta-se o fato de que o Paciente já respondia ao Proc. nº 383-28.2012.8.17.0480, na Comarca de Caruaru, por posse ilegal de arma de fogo (art. 12 da Lei nº 10.826/2003) e, mesmo em gozo de liberdade provisória concedida em 09/10/2012 naquele feito, supostamente cometeu



126

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

nova infração, ficando evidenciado que ele não se mostra merecedor do benefício ora pleiteado, havendo fundado receio de reiteração criminosa, o que recomenda a medida excepcional, tal como ressaltado na decisão de primeira instância.

II – Condições pessoais favoráveis não elidem, por si sós, a custódia cautelar quando presentes os fundamentos da prisão preventiva (Súmula 86 deste Tribunal de Justiça).

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do ***Habeas Corpus* nº 0008214-44.2014.8.17.0000 (0345896-4)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 24 de 09 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator



127

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0008214-44.2014.8.17.0000 (0345896-4)
COMARCA: BEZERROS
VARA: SEGUNDA
IMPETRANTE: ROBERTO HENRIQUE TENÓRIO DE VASCONCELOS
PACIENTE: BRENO BRAYNES ALVES DE ANDRADE
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

RELATÓRIO

Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Breno Braynes Alves de Andrade**, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Bezerros, no âmbito do Proc. nº 0000819-34.2014.8.17.0280.

Consta da inicial que o Paciente teve a prisão preventiva decretada em 16/05/2014, nos autos da ação penal supramencionada, a que responde como incurso nas penas do art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal (roubo majorado pelo concurso de pessoas), por crime ocorrido no dia 10/02/2013.

Narra o Impetrante que foi requerida, no primeiro grau, a revogação do decreto preventivo, mas a autoridade dita coatora decidiu por manter a custódia cautelar.

Alega que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal pelo seguintes motivos: a) a decisão que decretou a segregação preventiva



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

carece de fundamentação válida, baseando-se em meras suposições, sem indicar fatos concretos que justificassem a medida prisional; e b) o Paciente possui condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, endereço fixo e ocupação lícita, como auxiliar de produção, além de ser estudante.

Pede a concessão da ordem, revogando-se a prisão preventiva do Paciente.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 12/89-v.**

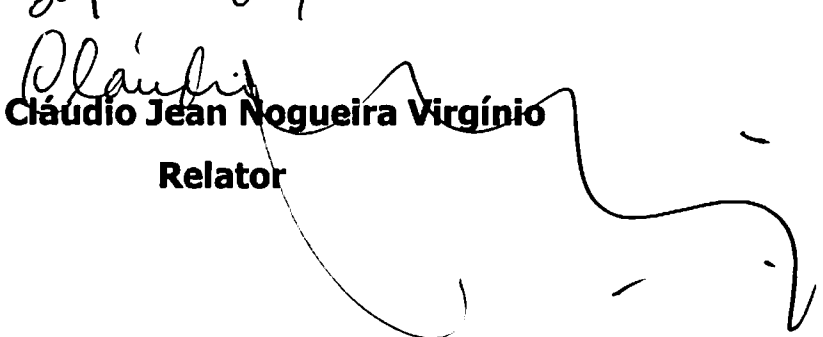
O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 96/97.**

A autoridade dita coatora prestou informações à **fl. 104**, acompanhadas dos documentos de **fls. 105/115.**

A Procuradoria de Justiça, pelo **Procurador Adalberto Mendes Pinto Vieira**, apresentou parecer às **fls. 118/121**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0008214-44.2014.8.17.0000 (0345896-4)
COMARCA: BEZERROS
VARA: SEGUNDA
IMPETRANTE: ROBERTO HENRIQUE TENÓRIO DE VASCONCELOS
PACIENTE: BRENO BRAYNES ALVES DE ANDRADE
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

VOTO

Extraí-se dos autos, sobretudo das informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, que o Paciente foi denunciado em 06/05/2014 pelo seguinte fato (fls. 105/107): no dia 10/02/2013, à noite, na via pública do centro de Bezerros, juntamente com terceiros não identificados, mediante violência física, através de chutes e imobilização, subtraiu da vítima Ad'mês Hércules da Silva seu aparelho celular, além de pequena quantia em dinheiro. Segundo a denúncia, o ofendido estava participando das festividades carnavalescas locais quando, ao ir ao banheiro, foi abordado pelo Paciente e outras pessoas, que anunciaram o assalto e passaram a agredi-lo, levando os bens supracitados.

No dia 16/05/2014, o magistrado de primeiro grau decretou a prisão preventiva do Paciente, em decisão da qual se podem extrair os seguintes excertos (fls. 108/109):

"Como se observa, há fortes indícios da participação do denunciado na prática de crime de intensa gravidade – roubo – consumado e qualificado, cuja pena máxima abstrata ultrapassa,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

em muito, os quatro anos que trata o art. 313, inciso I, do CPP.

Logo, sua prisão preventiva é medida que deve ser imposta, inclusive porque em análise no sistema Judwin, constata-se que ele também foi denunciado nos autos nº 383-28.2012.8.17.0480, pela acusação da suposta prática do crime descrito no art. 12 da Lei nº 10.826/2003, nesses autos beneficiado pela concessão de liberdade provisória, em 09-10-2012, situação essa que autoriza entrever que o denunciado tem personalidade voltada à prática de crimes, e que caso permaneça em liberdade dará continuidade à perpetração de delitos, comprometendo sobremaneira a ordem pública da comunidade.”.

Analisando-se a referida decisão, não há como se afirmar que ela está desprovida de fundamentação válida. Ao contrário, percebe-se que o juiz singular apresentou motivos suficientes para impor a custódia cautelar ao Paciente.

Com efeito, ele é acusado da prática de um roubo em concurso com outros agentes, destacando-se a gravidade das circunstâncias, visto que os fatos se deram em meio às festividades carnavalescas, em plena via pública, em local de grande circulação de pessoas, bem como a reprovabilidade do *modus operandi*, uma vez que a vítima foi imobilizada com uma “gravata” no pescoço e chutada pelos assaltantes, “sofrendo escoriações nos braços, um corte na cabeça e inchaço no pescoço” (fl. 20).

Não bastante a gravidade do crime em comento, salienta-se, no presente caso, o fato de que o Paciente já respondia ao Proc. nº 383-



131

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

28.2012.8.17.0480, na Comarca de Caruaru, por posse ilegal de arma de fogo (art. 12 da Lei nº 10.826/2003) e, mesmo em gozo de liberdade provisória concedida em 09/10/2012 naquele feito, supostamente cometeu nova infração – a destes autos –, ficando evidenciado que ele não se mostra merecedor do benefício ora pleiteado.

Sendo assim, conclui-se pela existência de indícios de que o Paciente possui propensão delitiva e de que, em liberdade, poderia oferecer riscos para a ordem pública, havendo fundado receio de reiteração criminosa, o que recomenda a medida excepcional, tal como ressaltado na decisão de primeira instância.

Nesse sentido vejam-se os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. FURTO QUALIFICADO. (...) ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. (...)

3. No presente caso, além de comprovada a materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria, a prisão cautelar foi mantida para preservação da ordem pública, em razão da real periculosidade do paciente e para evitar a reiteração criminosa, tendo em vista que mesmo em gozo do benefício da liberdade provisória, foi preso em flagrante por outro delito, o que demonstra ser imperiosa a manutenção da custódia cautelar, evitando-se assim a reincidência específica. (...)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

6. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão denegada, em conformidade com o parecer ministerial.¹ (grifos nossos)

"CRIMINAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU PRESO EM FLAGRANTE POUCO APÓS TER OBTIDO O BENEFÍCIO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE. NECESSIDADE DE RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ART. 44 DA LEI DE TÓXICOS. ORDEM DENEGADA.

I. Paciente que, após ter obtido o benefício da liberdade provisória, foi preso em flagrante por nova violação ao art. 33 da Lei de Tóxicos, tendo o Magistrado de 1º grau decretado a sua prisão preventiva para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

II. A reiteração de condutas ilícitas denota ser a personalidade do paciente voltada à prática delitiva, obstando a revogação da medida constritiva de liberdade a fim de resguardar a ordem pública, ante a concreta possibilidade de que o réu, em liberdade, venha a praticar novos crimes (Precedentes). (...)

IV. Ordem denegada, nos termos do voto do Relator." (grifos nossos)

Por fim, em consonância com a Súmula 86 deste Tribunal de Justiça², as condições pessoais favoráveis alegadas pelo Impetrante não

¹ STJ, HC 146079/BA, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 24/05/2010. No mesmo sentido: STJ, HC 200247/MT, rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 28/09/2011.

² **Súmula 86.** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os fundamentos da prisão preventiva, o que é o caso dos autos.

Diante do exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 24 de 09 de 2014.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator